

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL FEVEREIRO 2011







FICHA TÉCNICA

Título

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE FEVEREIRO DE 2011

Autor/Editor

INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL, I. P.

Av. Manuel da Maia, n.º 58

1049-002 Lisboa

Tel: 21 843 33 00

Fax: 21 843 37 20

E-mail: <u>IGFSS-DOC.EXEC@seg-social.pt</u>

Concepção Técnica

DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E CONTA

Data de Edição

16 de Março de 2011

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. RECEITA	2
Receita de Contribuições	2
Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro	2
Transferências do MTSS	3
Transferências do Ministério da Educação	3
Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	3
Transferências do Exterior — Fundo Social Europeu	4
III. DESPESA	4
Pensões e Complementos	
Rendimento Social de Inserção	4
Abono de Família	4
Subsídio e Complemento de Doença	5
Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego	5
Complemento Solidário para Idosos	5
Subsidio de Parentalidade	5
Acção Social	5
Subsídios a Acções de Formação Profissional	6
IV. SALDO ORÇAMENTAL	7
Receita Efectiva	7
Despesa Efectiva	7
V. ANEXOS	9
Decomposição do Saldo Global da Segurança Social	10







I. INTRODUÇÃO

A receita e a despesa total do período em análise, evidenciam um acréscimo em relação ao período homólogo de 2010 de 23,9% e 6,4%, respectivamente, justificados, fundamentalmente no que se refere à receita, pelo aumento quer nos activos financeiros (255,7 milhões de €), quer no saldo de anos anteriores com aplicação em despesa (742,7 milhões de €), quer, ainda, das contribuições (66,4 milhões de €) e, no que diz respeito à despesa, fundamentalmente pela aumento dos activos financeiros (217,5 milhões de €), em prestações sociais (menos 6,4 milhões de €) e em transferências e subsídios correntes (70,2 milhões de €).

A receita efectiva regista um acréscimo de 3,5% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 1,8% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2010.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições e das transferências correntes obtidas que representam respectivamente 60,6% e 36,6% da receita efectiva. A receita de contribuições evidencia um acréscimo de 2,9% relativamente ao período homólogo de 2010 enquanto que as transferências correntes obtidas registam um acréscimo de 4,7% relativamente a igual período de 2010.

As despesas correntes com prestações sociais e outras transferências e subsídios correntes apresentam uma variação negativa de 0,3% face ao período homólogo. Para este comportamento concorre a evolução da despesa com pensões que representa 60,4% daquela despesa e que no período de Janeiro a Fevereiro regista uma variação de apenas 2,6%, a mais baixa variação verificada nas últimas duas décadas.

A despesa com transferências e subsídios correntes regista uma variação homóloga 44,3% essencialmente decorrente de um aumento verificado nos pagamentos relacionados com AFP/FSE.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de 481,4 milhões €.





II. RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise 3.852,9 milhões €, denotando, em relação ao período homólogo do ano anterior, um acréscimo de 3,5%. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

Receita de Contribuições

As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro a Fevereiro de 2011 situam-se em 2.336,4 milhões €, representando 60,6% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 2,9% relativamente a igual período de 2010, reflectindo o impacto do enquadramento dos trabalhadores bancários no regime geral dos trabalhadores por conta de outrém e o efeito da entrada em vigor do Código Contributivo.

Receita do IVA Social – Lei nº. 39-B/94, de 27 de Dezembro

O valor recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar atingiu o montante de 119,2 milhões de €.

Subsistema de Protecção Famíliar

			Em €
	Exec.	Exec.	Variação
	Orçamental	Orçamental	Homóloga
Rúbricas	Janeiro a	Janeiro a	Janeiro a
Rublicus	Fevereiro	Fevereiro	Fevereiro
	2010	2011	2010/2011
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)
/A Social (Lei 39-B/94, de 27 de Dezembro)	114.850.000,00	119.198.340,00	3,79%



Transferências do MTSS

Transferência do OE

			Em €
	Exec. Orçamental	Exec. Orçamental	Variação Homóloga
Rúbricas	Janeiro a	Janeiro a	Janeiro a
Kobiicus	Fevereiro	Fevereiro	Fevereiro
	2010	2011	2010/2011
	(1)	(2)	(3) = (2-1)/(1)
Subsistema Solidariedade			
Transferências do MTSS	714.459.403,72	754.146.446,66	5,55%
Receitas Cessantes	63.400.513,50	0,00	-100,00%
Subsistema Protecção Familiar (incluindo Iva-Lei nº 39/2005)	121.402.779,24	79.704.959,66	-34,35%
Subsistema Acção Social			
Transferências do MTSS	231.594.971,26	223.271.834,50	-3,59%
Sistema Previdencial			
Transferências do MTSS - Receitas ecessante e Salários intercalares	0,00	•	
Para financiamento do QREN - Inclui juros da linha de crédito	42.782.146,70	19.307.696,36	-54,87%
Para financiamento dos QCA e anteriores quadros	3.860.334,74	325.000,00	-91,58%
Para financiamento da actualização de pensões	0,00	0,00	
Sub-Total	1.177.500.149,16	1.120.210.926,84	-4,87%

As transferências do MTSS, para cobertura financeira de despesas do Sistema Previdencial Repartição e do Sistema de Protecção Social de Cidadania – que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social – atingiram 1.120,2 milhões €, reflectindo uma diminuição de 4,9% relativamente ao valor recebido em igual período do ano anterior, decorrente da redução das necessidades de financiamento no âmbito da Lei de Bases da Segurança Social em resultado das medidas de consolidação orçamental implementadas.

Transferências do Ministério da Educação

A transferência do Ministério da Educação recebida no período em analise atingiu o montante de 20,7 milhões de € reflectindo o decréscimo de 12,1% relativamente ao período homólogo de 2010.

Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

No valor de 23,4 milhões € acusam um decréscimo de 8,8% em relação ao período homólogo de 2010.





Transferências do Exterior – Fundo Social Europeu

No período de Janeiro **a Fevereiro** de 2011 foi recebido o montante de 122,5 milhões de € com origem no Fundo Social Europeu.

III. DESPESA

A despesa efectiva atingiu, no período de Janeiro a Fevereiro de 2011, o montante de 3.371,5 milhões €, representando, em relação a idêntico período de 2010, um acréscimo de 1,8%.

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

Pensões e Complementos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 2.035,9 milhões €, que se traduz num crescimento de 2,6% face ao período homólogo de 2010. Esta variação à semelhança do que sucedeu em 2010, corresponde à menor variação da despesa com pensões alguma vez verificada no sistema de segurança social.

A despesa registada na eventualidade da "Velhice" apresenta uma variação homóloga de 4,6%, na eventualidade de "Sobrevivência" uma variação negativa de 3,7% e na "Invalidez" uma variação negativa de 2,6%.

Rendimento Social de Inserção

Esta rubrica da despesa atingiu o montante de 67,7 milhões €, absorvendo 2,0% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um decréscimo de 26,8% relativamente ao mesmo período de 2010. Esta variação confirma, de um modo geral, que as medidas já introduzidas no segundo semestre do ano de 2010, produziram os resultados projectados, assegurando o cumprimento das metas para 2011.

Abono de Família

Atingiu no período em análise o montante de 119,3 milhões €, no que absorve 3,5% da despesa efectiva do Sistema. A execução de Janeiro a Fevereiro evidencia um decréscimo de 29,2% em relação a igual período de 2010, que resulta do reenquadramento dos beneficiários por escalões de prestação, efectuado por referência aos rendimentos do ano de 2009, assim como das medidas implementadas no final de 2010, em particular a revogação do aumento extraordinário de 25% ao 1.° e 2.° escalão e a cessação do pagamento da prestação de abono de família aos dois escalões



mais elevados.

Subsídio e Complemento de Doença

No montante de 91,2 milhões €, representando 2,7% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um acréscimo de 17,1% em relação a igual período de 2010, decorrente essencialmente do aumento de processos verificado em Janeiro do ano corrente, o que reflecte a sazonalidade desta prestação, facto que se espera ser corrigido nos próximos meses.

Subsídios de Desemprego e Social de Desemprego e Apoios ao Emprego

No período de Janeiro **a Fevereiro** de 2011, a despesa registada com as prestações de subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de 348,1 milhões €, representando 10,3% da despesa efectiva e 11,1% da despesa corrente realizada.

A despesa realizada no período em análise evidencia, ainda, um decréscimo de 5,6% relativamente a igual período de 2010, que reflecte o efeito das medidas que afectam este agregado, designadamente a suspensão do prolongamento do subsídio social de desemprego, bem como a alteração aos critérios de acesso a esta prestação, nomeadamente, no que concerne a condição de recursos.

Complemento Solidário para Idosos

A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de 46,0 milhões de € isto é 1,4% da despesa efectiva, reflectindo um crescimento de 6,5% face a igual período do ano transacto.

Subsidio de Parentalidade

Atingiu no período em análise o montante de 79,5 milhões €, no que absorve 2,4% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 14,4% em relação a igual período de 2010.

Acção Social

A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de 246,7 milhões €, isto é, 7,3% da despesa efectiva do Sistema, revelando, em relação a igual período de 2010, um acréscimo nominal de 4,8 milhões de €, ou seja, uma variação positiva de 2,0%.



Subsídios a Acções de Formação Profissional

No total de 122,8 milhões €, evidenciam um acréscimo de 205,1% relativamente a igual período do ano transacto. Importa ainda referir que a despesa com acções de formação profissional cofinanciada pelo FSE, apesar de reflectida na despesa efectiva do OSS, não tem impacto no saldo orçamental na óptica da contabilidade nacional, no respeito pelo princípio da neutralidade dos fundos comunitários.



IV. SALDO ORÇAMENTAL

Em 28 de Fevereiro de 2011 o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública, é no valor de 481,4 milhões de €, superior em 71,5, ao valor apurado em igual período de 2010 em 17,4%.

Receita Efectiva

O acréscimo de 131,7 milhões de € registado na receita efectiva, isto é, mais 3,5% que em igual período de 2010, é justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista um aumento de 66,4 milhões de
 € relativamente ao período homólogo de 2010;
- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidenciam no período em análise um decréscimo de 53,0 milhões de € relativamente a igual período de 2010, decorrente da redução de despesa em virtude da implementação de medidas de consolidação orçamental;
- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2010 é de mais 122,5 milhões de €;
- O valor das restantes parcelas da receita efectiva, cujo cômputo é inferior em 4,2 milhões de € ao valor registado em igual período de 2010.

Despesa Efectiva

A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um acréscimo de 60,2 milhões de €, isto é, mais 1,8% quando comparado com o período homólogo de 2010, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

A despesa paga em prestações sociais, registando um decréscimo de 6,4 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, menos 0,2%;



- A despesa com subsídios à formação profissional que regista um acréscimo de 82,6 milhões de € face a idêntico período de 2010, isto é, mais 206,1%;
- As transferências para Emprego, Higiene, Segurança e Formação Profissional que registam um decréscimo de 16,2 milhões de € face a igual período de 2010, isto é, menos 14,2%;
- O valor das restantes componentes da despesa efectiva do Sistema cujo cômputo é superior ao registado no mesmo período de 2010 em 0,2 milhões de €.



V. ANEXOS



Decomposição do Saldo Global da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Socia

	Milhões de euros		Grau de Execução		VH (%)		Contrib. VH
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	(pp.)
Receita corrente	3,721,1	3.852.8	15.6%	16,1%	0.5	3,5	3,5
Contribuições e quotizações	2.270,0	2.336,4	16,8%	16,6%	1,1	2,9	1,8
IVA Social	114,9	119,2	16,5%	16,7%	0,0	3,8	0.1
Transferências correntes da Administração Central	1.205,3	1.143,8	15,3%	16,5%	11,2	-5,1	-1,7
Financiamento da Lei de Bases da SS	1.177,5	1.120,2	15,1%	16,7%	11,7	-4,9	-1,5
Transferências do Fundo Social Europeu	,0	122,5	0,0%	9,1%	-100,0	0.70	
Outras receitas correntes	130,8	130,8	15,8%	14,5%	3,3	0,0	0.0
Receita de capital	,1	,1	0,5%	0,396	-89.0	0,7	0.0
Transferências do Orçamento de Estado	,0	,0	0.0%	0,0%			
Outras receitas capital	,1	,1	0,6%	0,4%	-89,0	0,7	0,0
Receita efectiva	3.721,2	3.852,9	15,6%	16,0%	0,4	3,5	
Despesa corrente	3,310,1	3,370,6	12.7%	14.4%	6.7	1.8	1.8
Pensões	1.983.5	2.035,9	14,2%			2,6	1,6
Sobrevivência			100000000000000000000000000000000000000	14,1%	4,2 3.9		
Invalidez	288,3 204.7	277,8 199.4	14,296	13,2%	-0.9	-3,7	-0,3 -0,2
Velhice	1.490.1	1.558.5	14,5% 14,1%	14,2% 14,3%		-2,6 4,6	2,1
Peneficiários dos Antigos Combatentes			0.0%		4,9	-50,5	0,0
	,4 168.5	,2	111100000000	0,0%	40.0	-29.2	-1.5
Subsídio familiar a crianças e jovens		119,3	17,496	000000000000000000000000000000000000000	10,8	1000	
Subsídio por doença	77,9	91,2	17,496	21,2%	-4,1	17,1	0,4
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	368,8	348,1	16,6%	16,9%	26,6	-5,6	-0,6
Complemento Solidário para Idosos	43,2	46,0	16,3%	16,9%	20,5	6,5	0,1
Outras prestações	124,1	139,2	15,4%	17,2%	8,1	12,2	0,5
Acção social	242,0	246,7	14,9%	15,0%	0,4	2,0	0,1
Rendimento Social de Inserção	92,4	67,7	17,8%	16,9%	18,1	-26,8	-0,7
Administração	51,2	47,9	13,3%	12,3%	-5,5	-6,5	-0,1
Outras despesas correntes	118,2	105,8	16,9%	16,4%	3,6	-10,5	-0,4
das quais:	2.22	2000	0.000	1412111111	212		42.00
Transferências e subsídios correntes	118,2	105,8	16,9%	16,4%	3,6	-10,5	-0,4
Acções de Formação Profissional	40,3	122,8	3,3%	7,7%	11,6	205,1	2,5
das quais:	_						
Com suporte no Fundo Social Europeu	,2	87,3	0,0%	6,496	-91,8	39.010,2	2,6
Despesas de capital	1,2	,9	3,5%	3,3%	-49,6	-20,0	0,0
PIDDAC	,0	,0	0,0%	0,0%	-100,0		
Outras	1,2	,9	8,0%	2,5%	-5,6	-20,0	0,0
Despesa efectiva	3.311,3	3.371,5	14,3%	14,4%	6,6	1,8	
Saldo global	409,9	481,4	63,0%	80,3%			
Por memória:	12120	20 -					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	5,8	-32,4					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,	,0					
Poupança (+) /Utilização (-) de saldo da gerência anterior	404,1	513,8					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP





